

RELATÓRIO & CONTAS 2021



MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO

www.iscmst.pt

Índice

1 .	Corpos Sociais -----	04
2 .	Organograma Institucional -----	05
3 .	Mensagem Mesa Administrativa -----	06
4 .	Considerações Gerais -----	08
5 .	Demonstrações Financeiras -----	35
6 .	Análise -----	37
7 .	Anexos -----	43
	Anexo -----	
	Parecer do Conselho Fiscal -----	
	Certificação Legal das Contas -----	



I. Corpos Sociais

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2019-2022

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Vice-Presidente	- José Pedro Castro Morêda Miranda
Secretários	- António Lerenó Sousa Machado

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- Hélder Roberto Vilela Araújo
Secretária	- Maria Teresa Andrade Polónia
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Batista
Vogais	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres - Duarte Manuel de Faria Gonçalves - Lucília Maria Costa Afonso

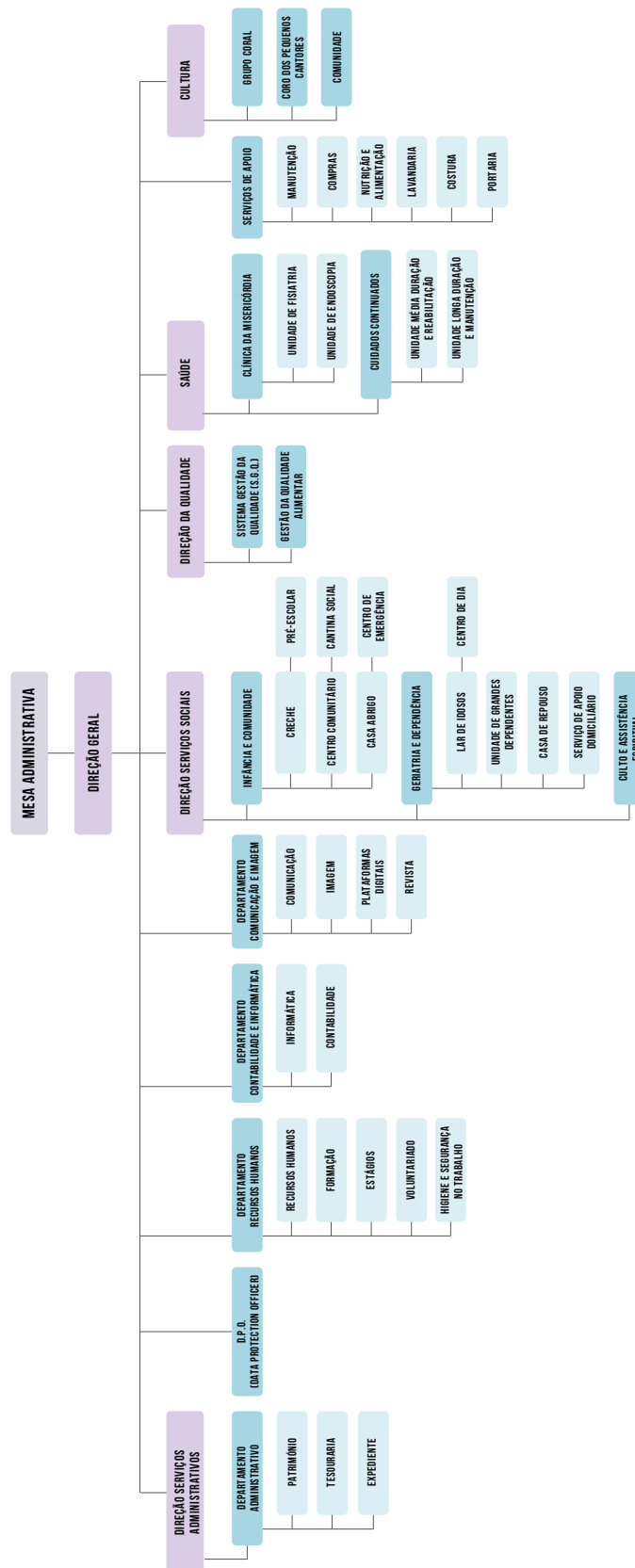
Substitutos José Luis de Sousa Marques

CONSELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro
Vice-Presidente	- Artur Manuel C. Guimarães Santoalha
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa

Substitutos - Sérgio Miguel Azevedo Carneiro
- Emílio Castelar Oliveira
- Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

2. Organograma Institucional





3. Mensagem da Mesa Administrativa

Esta Instituição centenária nasceu para servir os mais desfavorecidos e é neles que, nestes 136 anos de existência, está centrada a nossa ação. Lutamos contra as injustiças e temos ânimo, força e vontade para continuar a fazer este esforço. É esta luta por uma humanização que destaca esta Santa Casa, pela sua matriz solidária, numa entrega abnegada ao desempenho da sua missão.

Porém, esta Misericórdia não é uma Instituição que se limita a prestar serviços aos mais carenciados, é também a maior empregadora do concelho de Santo Tirso com 420 trabalhadores que têm alma e acreditam com fervor que o amor ao próximo tem de ser o principal motor da nossa ação e será ele que nos permitirá realizarmo-nos como seres humanos.

Efetivamente, não há dádiva mais preciosa, nem tarefa mais importante do que viver numa Instituição como a nossa, imbuídos num espírito de amor e felicidade.

Consideramos que o trabalho que desenvolvemos assenta na promoção e garantia de serviços de excelência aos utentes, na valorização e motivação dos recursos humanos, no fortalecimento e desenvolvimento do espírito da irmandade, na conservação, manutenção e reabilitação do património, tendo sempre em atenção a garantia da sustentabilidade financeira da instituição. Contamos ainda com o financiamento dos projetos ancorados nos quadros comunitários de apoio.

Para nós, mesa administrativa, as pessoas estarão sempre em primeiro lugar. Os utentes serão sempre a nossa prioridade e o nosso foco, pelo que, segundo a tradição da instituição, será necessário manter e promover obras no âmbito da ação social, garantindo o bem-estar, o seu conforto e qualidade de vida.

Também os recursos humanos merecerão sempre uma atenção e observação especial. Eles são a base do sucesso do funcionamento da instituição, trabalham diariamente com zelo e dedicação, dando o melhor de si à instituição e seus utentes. Procuraremos, por isso, valorizá-los e motivá-los promovendo o mérito através de um sistema justo de avaliação de desempenho e da formação profissional.

Não queremos deixar de sublinhar, com reconhecimento e gratidão, o trabalho desenvolvido durante os últimos quatro anos pelos elementos dos corpos gerentes que nos acompanham. A todos é justo que sejam dirigidas palavras de elevada estima e

profundo agradecimento pela forma extremamente dedicada, eficiente e prestigiante como conduziram os destinos desta nobre instituição.

Na pessoa do nosso diretor geral, Dr. João Loureiro, enquanto digno representante de todos os colaboradores desta Santa Casa, cumprimentamos com respeito e gratidão salientando assinaláveis qualidades de empenho e dedicação pelo trabalho desenvolvido.

A Mesa Administrativa



Alder Roberto Vila Freixo

Márcia Maria Costa Afonso

Henrique Isabel Figueiredo Lourenço

Margarida Resende de Perim

António Manuel de Jesus

Margarida Freixo



4. Considerações Gerais

Iniciámos o Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2021 com a seguinte frase:

“Perante a adversidade só há três atitudes possíveis: enfrentar, combater e vencer.”

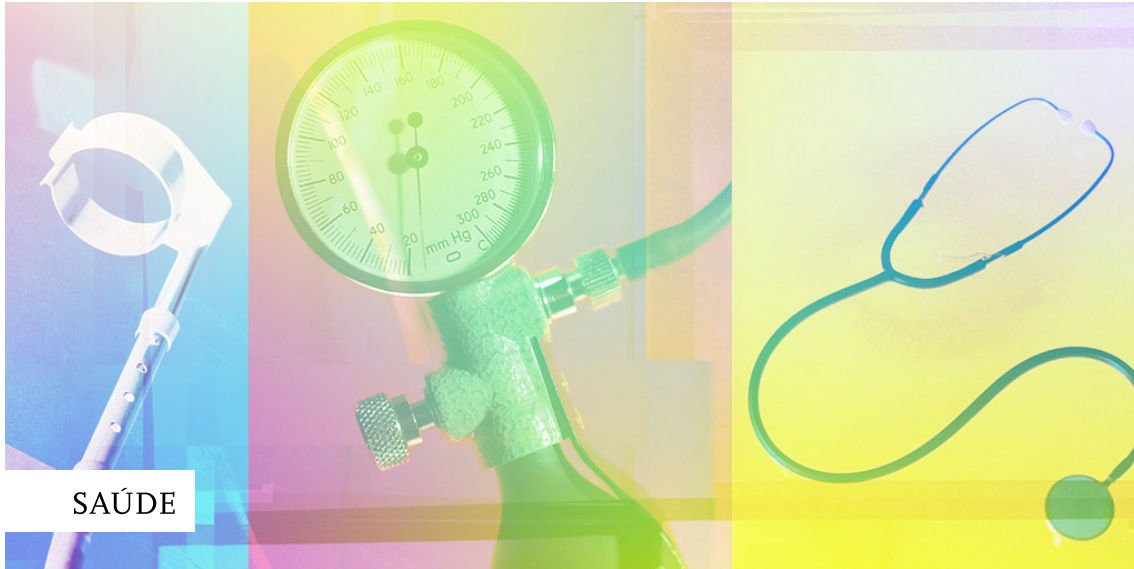
Esperávamos um ano de volta à normalidade. Na realidade esforçamo-nos para que assim fosse e julgamos ter feito jus à frase.



Mantivemos a dinâmica institucional em todas as nossas áreas. No que concerne ao Património, tínhamo-nos proposto dar continuidade à remodelação e reabilitação do Bairro da Misericórdia e em breve esperamos colocar no mercado de arrendamento mais 4 moradias de tipologia T2.

As obras de remodelação da Casa de Repouso de Real encontram-se em fase de conclusão.

No Edifício do antigo Liceu, foi desenvolvido um estudo económico e de mercado que previa a construção de 32 apartamentos para colocação no mercado de arrendamento. Contudo, após profunda análise e avaliada a possibilidade de devolução deste edifício à sua génese – 1º Hospital da Misericórdia e de Santo Tirso, foi decidido avançar com uma proposta à Administração Regional de Saúde – A.R.S. Norte para a criação de 60 camas de cuidados continuados.



Como já referimos, tentámos retomar uma normalidade na prestação de serviços, principalmente nas áreas da Saúde e Educação.

Consolidámos a atividade da nova Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção “Comendador Alberto Machado Ferreira” inaugurada em Novembro de 2020, atingindo a eficácia e eficiência prevista na relação entre as duas unidades existentes.

Aprofundámos a parceria com o Centro Hospitalar do Médio Ave – CHMA, nomeadamente no protocolo de camas de retaguarda e na nossa Clínica de Gastroenterologia – Unidade de Endoscopia, para a realização de exames endoscópicos.

Na Clínica de Fisiatria procedemos a um alargamento de horário em resposta ao crescente aumento da procura, atingindo o melhor valor de sempre em termos de receitas, contribuindo para o melhor ano de sempre desta área.



SOCIAL E EDUCAÇÃO

No Relatório e Contas de 2020 dizíamos que o facto de termos sido assolados na 1ª vaga da pandemia nos tinha proporcionado outra capacidade de reação, antecipação e superação da segunda e terceira vagas, e assim foi. Também nestas áreas de intervenção encarámos o ano em análise com a normalidade possível, pondo em prática as atividades/iniciativas programadas, donde destacamos:

Centro Comunitário de Geão / POAPMC / Cantina

- Parceria Projeto RAP (resposta de apoio psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica);
- Parceria na Candidatura da CMST “Espaço d’Abrigo”- capacitação de pessoas sem-abrigo em competências pessoais, sociais e profissionais;
- Parceria no “Projeto Adélia” da CPCJ de apoio à parentalidade positiva;
- Parceria com a Segurança Social como Centro de Testagem COVID-19 para IPSS do concelho;
- Participação com a EAPN na Semana da Interculturalidade e na Semana de Combate à Pobreza e Exclusão Social;



- Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas com distribuição de alimentos a 38 beneficiários;
- Cantina Social (distribuição de 57 refeições/dia protocoladas em embalagens descartáveis).

Centro de Dia

- Funcionamento nas instalações do CCG com acordo para 12 utentes;
- Candidatura ao Programa Parcerias para o Impacto “Projeto GERAR – Centro de Dia Especializado em Demências”, sem aprovação da entidade parceira (CMST).

Lar José Luiz d’Andrade

- Aprovação da Candidatura BPI Sénior “Envelhecer Ativamente” – rotinas diárias saudáveis de atividade física;
- Colaboração em Projetos de investigação (Fisioterapia; análise das sequelas neurocognitivas pós-COVID);
- Gestão e acompanhamento de visitas e videochamadas;
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico;
- Redefinição de outras iniciativas ocupacionais para os utentes (Sessões de contos online; Competências digitais online, momentos musicais, felicitários individuais e mensais);
- 74 utentes - 81 anos (média de idades);
- 66% utentes com dependência parcial ou grave (apenas 34% de utentes autónomos) - 57% défice motor / 51% incontinência / 48% quadro demencial;
- 46% (tempo de permanência entre 1 a 5 anos) - 5 anos (tempo médio);
- 13 admissões / 6 falecimentos;
- 454,53 € (valor médio das mensalidades).

Lar Dra. Leonor Beleza

- Candidatura à Fundacion La Caixa / BPI Humaniza (Apoio Integral a Pessoas com Doenças Avançadas) para a requalificação de espaços exteriores para um Jardim Geriátrico;
- Remodelação e ampliação das zonas sanitárias;
- Gestão e acompanhamento de visitas e videochamadas;
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico;
- Redefinição de outras iniciativas ocupacionais para os utentes (competências digitais online, momentos musicais, felicitários individuais e mensais entre outras atividades com o envolvimento de colaboradores e de voluntários);
- 91 utentes - 76 anos (média de idades);
- 89% utentes com dependência parcial ou grave - 91% défice motor / 80% incontinência / 70% quadro demencial;
- 47% (tempo de permanência entre 1 a 5 anos) - 7 anos (tempo médio);
- 25 admissões / 22 falecimentos;
- 566,00 € (valor médio das mensalidades).

Casa de Repouso de Real

- Cessação do Acordo de Cooperação com a Segurança Social;
- Obras de remodelação em fase de conclusão;
- Criação de Serviço Fisioterapia e Podologia Domiciliária;
- Gestão e acompanhamento de visitas e videochamadas;
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico;
- Redefinição de outras iniciativas ocupacionais para os utentes (momentos



musicais, felicitários individuais e mensais entre outras atividades com o envolvimento de voluntários);

- 63 utentes - 86 anos (média de idades);
- 83% utentes com dependência parcial ou grave - 75% défice motor / 59% incontinência / 67% quadro demencial;
- 24% (tempo de permanência entre 5 a 10 anos) - 5 anos (tempo médio);
- 15 admissões / 13 falecimentos;
- 628,74 € (valor médio das mensalidades).

Casa Abrigo D. Maria Magalhães

- Candidatura ao POISE para financiamento do Centro de Emergência (8 vagas) após término do anterior projeto e cessação da Carta Compromisso para financiamento de 5 vagas;
- Verba de Autonomização (apoio financeiro às famílias em fase de autonomização, subvencionado pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade);
- Projeto “A Escola vai à Casa” (Carta Compromisso SECI ano letivo 2021/22);
- Candidatura à Frota Solidária do Montepio para financiamento de viatura;
- Candidatura ao Bairro Feliz do Pingo Doce para a remodelação de espaço exterior;
- Integração de estagiárias do Curso de Psicologia Clínica Forense, Psicologia da Justiça e Psicologia da Educação, Aconselhamento e Desenvolvimento;
- Certificação da CIG pela Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica;
- Parceria Projeto 4 IN / CLDS da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Parceria Projeto Criar para acompanhamento psicológico das crianças acolhidas na CA;
- Colaboração em Estudos (Estudo do Impacto do COVID na resposta das Estruturas de Acolhimento, Estudo do Impacto do COVID na saúde mental das vítimas,

Perspetiva dos técnicos e modo de atuação em período de confinamento);

- Iniciativas de voluntariado dirigidas às utilizadoras (Aeróbica, Massagem, Rastreo e Tratamento Dentário, Sessão de Taças Tibetanas);
- 39 utentes acolhidos Casa Abrigo - 39 anos (média idades mulheres); 7 anos (média idades menores);
- Nacionalidades - Portuguesa, Brasileira, Polaca, Angolana, Nepalesa.
- Tempo médio de permanência - acolhimento 14 meses / cessação 7 meses;
- 56 utentes acolhidos Centro de Emergência Projeto IRIS (8 vagas) - 41 anos (média idades mulheres) 7 anos (média menores);
- Nacionalidades - Portuguesa, Brasileira, Americana, Angolana, Moçambicana, Guineense, Moldava;
- Tempo médio de permanência – acolhimento de emergência 26 dias;
- 25 utentes acolhidos Centro de Emergência (5 vagas) - 49 anos (média idades mulheres) 5 anos (média idades menores);
- Nacionalidades - Portuguesa, Brasileira, Angolana, Nepalesa;
- Tempo médio de permanência – acolhimento de emergência 24 dias.

Serviço de Apoio Domiciliário

- Apresentação de situações de risco social junto de entidades competentes;
- Total 88 utentes - 85 anos (média de idades);
- 55% utentes com dependência parcial ou grave - 57% défice motor / 51% incontinência / 28% quadro demencial;
- 34% (tempo de permanência até 1 ano);
- 53 admissões / 43 desistências (15 falecimentos, 11 integrações institucionais, das quais 4 na Misericórdia);
- 200,10 € (valor médio das mensalidades).



Jardim de Infância

- Tema projeto Pedagógico “Felicidade: sonhos, metas e realidade”, relacionado com o tema ambiental;
- Retoma das atividades Extracurriculares (Música, Yoga, Inglês e Natação);
- Total de 58 crianças em creche e 67 crianças em pré-escolar;
- 1 criança com Síndrome de Down; 3 crianças com acompanhamento da equipa ELI, sem diagnóstico confirmado; 2 crianças com Perturbação de Espectro de Autismo; 3 crianças a aguardar diagnóstico;
- 150,00 / 200,00 € (intervalo médio de incidência das mensalidades).



QUALIDADE

O Sistema de Gestão de Qualidade - SGQ é uma ferramenta que traz controlo e padronização dos processos, permitindo também a avaliação da eficácia das ações tomadas, com foco na satisfação do cliente e na busca da melhoria contínua dos serviços que prestamos.

No período que atravessamos ter um SGQ devidamente implementado facilitou muitas rotinas que a pandemia exigiu, ajudando a organizar e a orientar, não desviando o foco de serviço ao utente/cliente.

Submetemo-nos a Auditoria Externa da APCER a 23, 25 e 26 de Março de 2021, em regime presencial.

Foi evidenciado pelos auditores que a instituição tem um Sistema de Gestão da Qualidade estruturado de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos aplicáveis, de acordo com a norma de referência NP EN ISO 9001:2015, tendo a preocupação com a melhoria contínua, dispondo de recursos humanos e materiais adequados ao bom desenvolvimento das atividades.

Como habitual, em cada ano é realizada uma auditoria interna, tendo esta ocorrido nos dias 23 e 24 de Novembro, sem alterações relevantes.



“Um dos pilares da estratégia institucional e do desenvolvimento deste setor são os colaboradores, estes assumem um papel basilar, são o principal capital institucional. É pois fundamental continuar a aprofundar a aposta da gestão de recursos humanos.” (ISCMST-Plano de Atividades 2021)

A entrada em 2021 foi símbolo de esperança numa retoma progressiva da “normalidade”. Rapidamente foi possível perceber que a retoma seria lenta, espaçada, feita de avanços e recuos. A ansiada “normalidade” pré-COVID foi substituída por outra “normalidade”, com menos certezas e mais desafios.

A ambição do Departamento de Recursos Humanos para 2021 e os objetivos inicialmente delineados (RH e áreas complementares – Formação, Segurança e Saúde no Trabalho, Estágios e Voluntariado) foram-se moldando às circunstâncias e às exigências permanentes de (re)adaptação ao contexto. A 31 de dezembro de 2021, esta Misericórdia contava com cerca de 420 colaboradores formais.

Avaliação da Satisfação dos Colaboradores

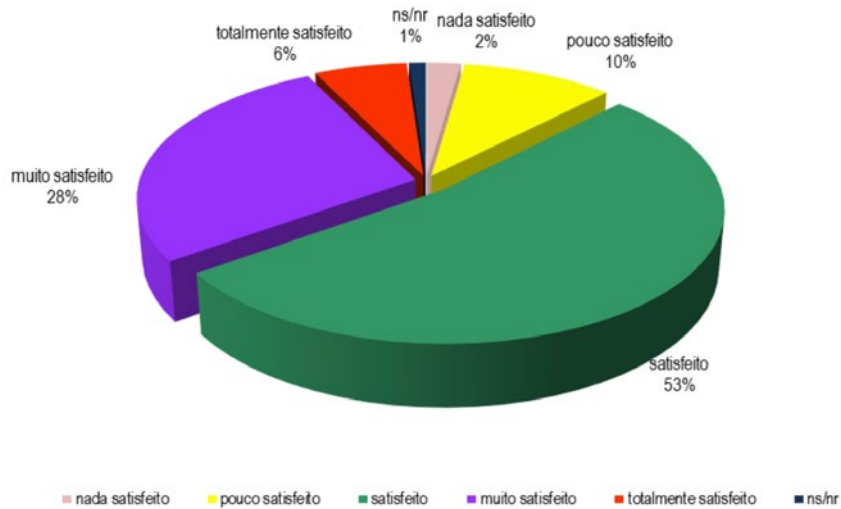
Interna

Todos os anos, a Misericórdia de Santo Tirso ausculta os seus colaboradores relativamente à sua satisfação com a Instituição e motivação relativamente às funções que desempenham. Mesmo num período difícil e conturbado, foram obtidos resultados globalmente positivos em todos os parâmetros alvo de avaliação:

Parâmetro	% de Satisfação Global
Contexto Organizacional	84%
Cooperação e Comunicação	89%
Mudança e Inovação	88%
Reconhecimento e Recompensa	71%
Relações com Chefias	82%
Política e Estratégia	86%
Posto de Trabalho	91%

No que concerne à Avaliação Global, registou-se um aumento de 16% no número de respondentes relativamente a 2020, apresentando uma satisfação global no valor total de 87%.

Os dados globais de satisfação claramente positivos, não retiram valor àqueles que, de alguma forma, demonstraram a sua insatisfação. As suas apreciações e os seus comentários são sempre alvo da melhor atenção, porque também esses nos impulsionam na persecução da melhoria contínua e de condições de excelência.

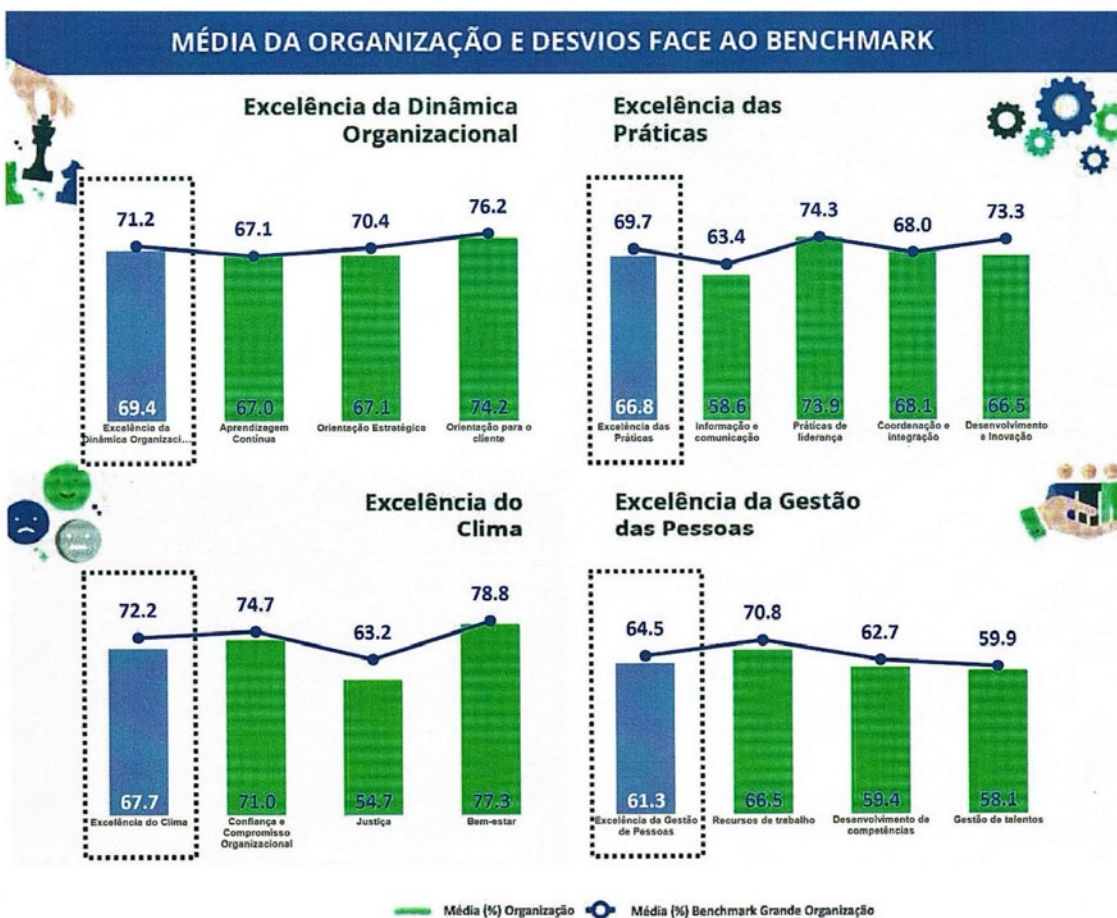
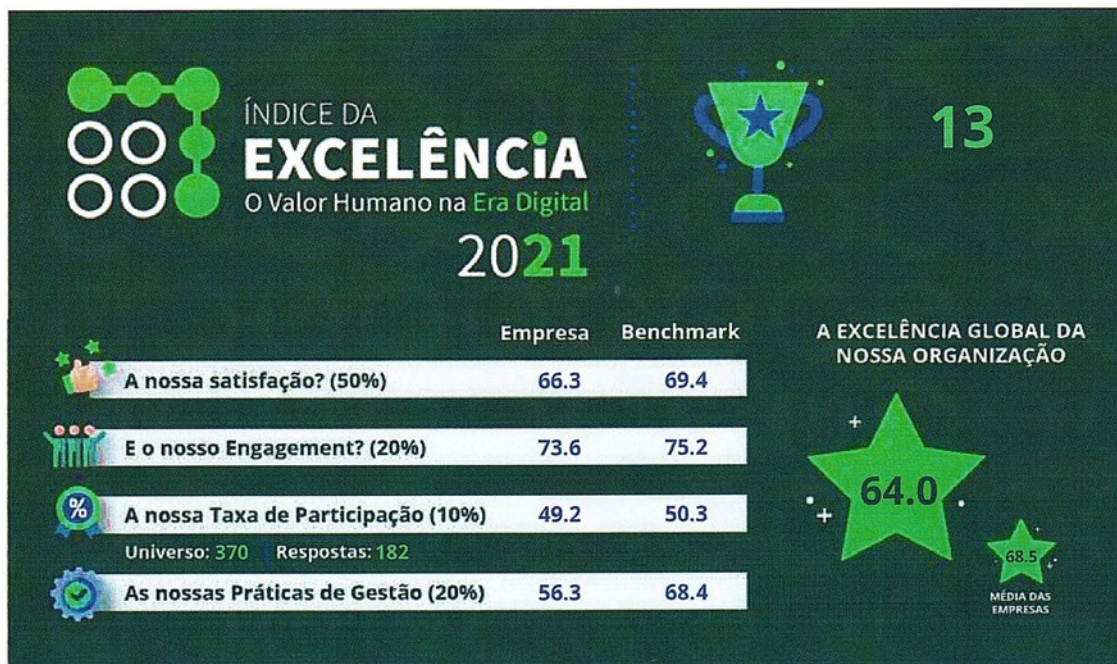


Externa

Ciente de que a satisfação individual é o melhor potenciador do sucesso Institucional, em 2021, a Misericórdia de Santo Tirso participou novamente no estudo nacional de clima organizacional e desenvolvimento do Capital Humano desenvolvido pela Neves de Almeida HR Consulting em parceria com a Human Resources Portugal e o INDEG-ISCTE. Tratou-se da 6ª edição do “Índice da Excelência” que permite a oportunidade de identificar áreas fortes e de melhoria na gestão do ativo humano e validar o nosso processo interno de avaliação da satisfação dos colaboradores.

Não sendo tradicional encontrar ONG ou IPSS neste tipo de estudos/análises, a Misericórdia de Santo Tirso persiste como a única entidade do setor neste estudo.

Os resultados foram avaliados tendo em conta a sua dimensão – Grande Empresa:





Formação

A “Era Covid” veio cimentar a certeza de que as carreiras profissionais são projetos em permanente construção, porque os profissionais mudam de papéis e funções com mais frequência e fluidez. Hoje em dia, a capacidade para aprender é a melhor moeda de troca no meio profissional, sendo vital para sucesso a longo prazo – a predisposição para a aprendizagem contínua potencia a disponibilidade para a mudança, a flexibilidade, a capacidade de adaptação, e a resiliência. Nesta sequência, facilmente se depreende que chegam “mais longe” os seres adaptativos e proativos, aqueles que se encontram mais preparados para a mudança, que são os que mais facilmente tiram proveito das oportunidades que os desafios trazem – quando investimos na nossa aprendizagem criamos vantagem a longo prazo para o nosso desenvolvimento (pessoal e profissional).

O dia-a-dia oferece oportunidades informais de aprendizagem. Porém, a formação contínua “tradicional” constitui um excelente motor de reciclagem/consolidação de conhecimentos, aquisição de know-how, partilha de experiências e capacitação para as funções que desempenhamos.

No ano de 2021, mesmo com os constrangimentos ainda sentidos, a Instituição proporcionou ou facilitou o acesso dos seus colaboradores a formação (69 ações formativas que abrangeram 357 colaboradores):

- Interna (On job; reciclagem/atualização de conhecimentos; aperfeiçoamento profissional);
- Externa (desenvolvida por entidades parceiras ou autoproposta pelos colaboradores);
- De acordo com necessidades identificadas individualmente (pelo próprio o chefia);
- Na área funcional ou noutra área de diferenciação ou interesse identificada/sugerida pelo colaborador.

Estágios e Voluntariado

Em ano de rescaldo, foi possível retomar progressivamente a atividade voluntária e a recepção de estágios na Instituição.

No acolhimento de estágios regressamos a números pré-pandemia, tendo sido possível dar resposta a 60 estágios provenientes de 21 entidades (ensino secundário profissionalizante; ensino superior).

Ao nível do voluntariado, destacamos o reconhecimento do Município a esta Misericórdia pelo “altruísmo e a dedicação ao próximo no trabalho voluntário desempenhado durante o combate à pandemia da COVID-19” (SIC). Neste reconhecimento estão abrangidas todas as entidades, individuais e coletivas, que conosco colaboraram abnegadamente, facilitando o ultrapassar de obstáculos.



PROTEÇÃO DE DADOS

O trabalho desenvolvido durante o ano assentou na continuidade das práticas instituídas ao nível do cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, salvaguardando como linha intrínseca de conduta e orientação ao nível do tratamento de dados, efetuado pelos vários Serviços/Valências, o respeito pelos princípios da privacidade e da finalidade para a qual os vários dados pessoais são recolhidos e alvo de tratamento.

Neste sentido, foi assegurado o cumprimento dos seguintes procedimentos instituídos:

- a) Mod.254.I - Compromisso Ético para os novos colaboradores admitidos;
- b) Mod.369 - Consentimento de Imagem para novos colaboradores e utentes;
- c) Mod.200 - Declaração RGPD para Terceiros;
- d) Mod.368.I - Consentimento de Dados Pessoais, solicitado sempre que necessário e aplicável.

Para além do cumprimento dos procedimentos acima referidos, foram realizadas sessões de sensibilização/formação aos novos colaboradores, no âmbito das sessões de acolhimento (esclarecimento sobre direitos e deveres que enquanto titulares de dados, abrangendo a esfera pessoal enquanto titulares de dados e esfera profissional enquanto colaboradores da Instituição):

Valências	Nº de Colaboradores
Casa Abrigo	I
Centro Comunitário de Geão	2
Casa de Repouso de Real	5
Clínica de Fisiatria	4
Lar José Luiz D'Andrade	I
Lar Dra. Leonor Beleza	I
Recursos Humanos	I
Serviço Alimentação	4
Serviço de Apoio Domiciliário	I
Unidades de Cuidados Continuados	II
IEFP- "Programa MAREESS"	28
Total:	59

Por fim, e no domínio de formação, destacamos a presença no Workshop Online - "RGPD nas IPSS - aplicações e implicações", promovido pelo Instituto de Formação para a Economia Social com a duração de 3 horas.



Durante o ano de 2021, o estado geral de confinamento e as dificuldades inerentes à Pandemia COVID-19 continuaram a levantar desafios aos Sistemas de Informação.

Durante 2020 foi possível criar todos os mecanismos necessários ao trabalho remoto, o que permitiu o normal funcionamento da Misericórdia de Santo Tirso, mas também que o departamento de informática estivesse disponível para concluir três projetos essenciais.

Existia a necessidade imperativa de interligar e colocar em pleno funcionamento todos os sistemas de informação na nova Unidade de Cuidados de Longa Duração.

Em altura de Pandemia, foi um desafio encontrar equipas disponíveis para se deslocarem ao local e realizarem o planeamento e a execução da obra, sem falar da escassez de matérias. Contudo, e apesar de todas as dificuldades, com a calma que a situação exigia, foi possível levar a bom porto um dos projetos estratégicos da Misericórdia. Face aos constrangimentos existentes, o Departamento de Informática abraçou um projeto que estava já sinalizado pela Mesa Administrativa como prioritário, nomeadamente a disseminação do sistema WIFI por todas as valências da Misericórdia de Santo Tirso.

Pela sua dimensão, impacto funcional e social, o projeto carecia de um planeamento detalhado e minucioso para a sua boa execução, dentro do investimento previsto.

Após alguns meses de levantamentos (survey) no terreno, testes de operação, consultas

de mercado para aferir qual a melhor tecnologia e qual o fabricante que melhor se adequava às nossas necessidades, foi possível fechar todo o planeamento e, no final do último trimestre de 2021, iniciaram-se os trabalhos de planeamento da obra que vão terminar no primeiro trimestre de 2022.

A par destes projetos estratégicos, 2021 foi tempo de estabilizar e consolidar os projetos do Departamento de Informática que foram executados em 2020.

Com os projetos do Departamento de Informática de 2020 consolidados e os projetos estratégicos de 2021 concluídos ou em fase final de implementação, o Departamento de Informática em conjunto com a Mesa Administrativa tem já planeado um novo sprint para 2022, onde novos projetos tecnologicamente estruturantes e transformadores vão entrar na sua fase de implementação.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em 2021 a Misericórdia de Santo Tirso afirmou a sua consciência na preservação do meio ambiente, fortalecendo medidas, alargando cuidados, estudando alternativas e afinando novas estratégias:

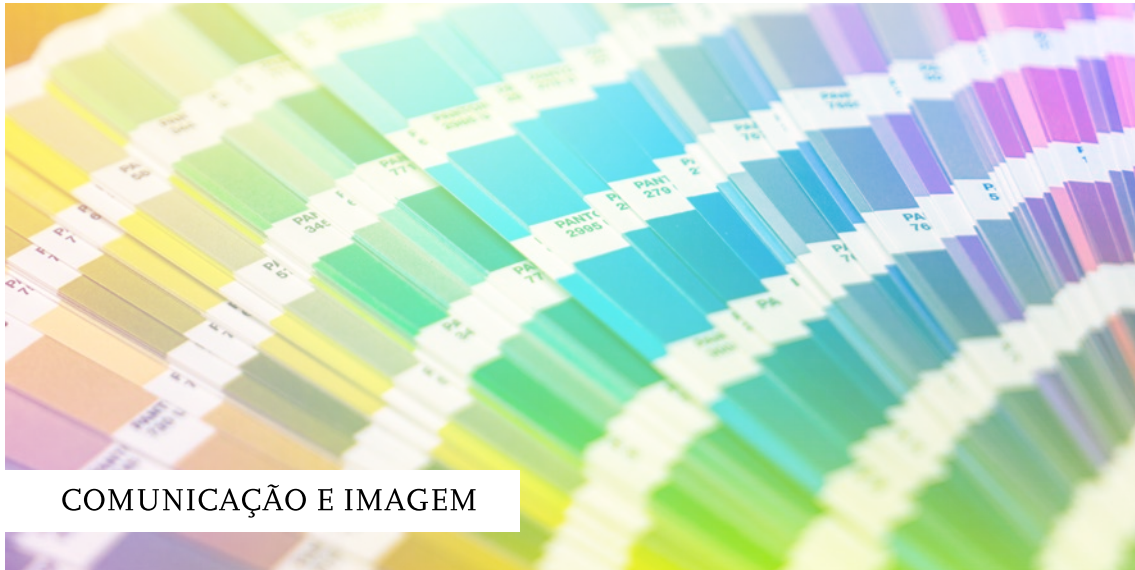
Persistente consciencialização dos hábitos de consumo de utentes e colaboradores, alertando para o impacto ambiental e económico da utilização eficiente de energia;

Preservação e limpeza de matas da instituição procurando prevenir incêndios e contribuindo no equilíbrio da fauna e da flora, bem como procurando diminuir a poluição ambiental;

- Renovação gradual de equipamentos tecnológicos com a aposta crescente em materiais e tecnologia “verde”;
- Substituição progressiva de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de baixo consumo;
- Aplicação contínua de redutores de fluxo de água nas torneiras, chuveiros e autoclismos;
- Instalação de novos temporizadores e sensores de presença;
- Instalação de relógios para melhor gestão do uso de energias;
- Consciencialização para a utilização do papel e outros materiais descartáveis de forma mais consciente;

- Registo no SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente), desde 2007, para controlo de resíduos onde são validados guias eletrónicas de recolha de resíduos hospitalares, óleos alimentares, embalagens, vidro, papel e cartão, plástico e componentes perigosas retiradas de equipamentos;
- Utilização de Sistema de Gestão de Resíduos fazendo a devida separação de materiais para reciclagem e resíduos biológicos;
- Início do processo de Certificação Energética da valência Casa de Repouso de Real;
- Realização de estudos de eficiência energética e definição de estratégias e prioridades de investimentos a concretizar a curto prazo.

A instituição quer ser um exemplo de responsabilidade social também na área ambiental, otimizando condutas e reforçando estratégias que promovam a sustentabilidade e o respeito pelo meio ambiente, acreditando que esta aposta conduzirá não apenas a benefícios ambientais, como também proveitos económicos, sociais e culturais tanto a curto como a médio e longo prazo.



COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O Departamento de Comunicação e Imagem nasceu de uma nova visão estratégica, orientada para dar visibilidade e garantir uma boa imagem aliada aos objetivos estratégicos e à missão da instituição, criando uma relação de proximidade com os diversos stakeholders. Pretende assegurar o desenvolvimento da política de comunicação externa e interna da Misericórdia pois o seu crescimento e a necessidade de aproximação com diferentes públicos, torna necessária a atualização e a inovação constantes da sua rede de comunicação.

O trabalho desenvolvido neste Departamento é responsável por fortalecer e projetar uma imagem contemporânea da instituição, da sua identidade visual, impressa e digital, aproximando-se de diferentes personas através das Redes Sociais, Site institucional, Revista da Misericórdia, Newsletter, Emails e Imprensa. Pretende-se uma comunicação fluída, positiva e ativa capaz de divulgar a dinâmica interna junto da Comunidade, Irmãos, Utentes, Familiares, Colaboradores e Parceiros institucionais.

Com o intuito de garantir o reforço da política de comunicação ativa, o ano 2021 foi marcado pela continuidade na estratégia de informação/diálogo muito voltado para as redes sociais. Tal opção continuou a justificar-se pelas limitações impostas pela pandemia, com restrições que afetaram a realização de eventos/contactos presenciais, implicando uma necessidade de reforço da comunicação digital, mediante um conjunto de dinâmicas:

- Comunicação através das Redes Sociais e Plataformas Online:
 - Gestão de conteúdos com especial enfoque na Página Facebook (200 publicações); Registou-se ainda uma aposta maior na dinamização do Instagram (140 publicações) face aos anos anteriores, procurando um maior alcance das nossas ações informativas ao nível interinstitucional e intergeracional;
 - Criação de transmissões em direto para reforço da comunicação digital (Missa de Aniversário transmitida via Facebook, permitindo a participação à distância, mas em tempo real, dos utentes anteriormente habituados a celebrar este momento presencialmente);
 - Difusão de Newsletter, incluindo atualização de mailing list dos Irmãos da Instituição;
 - Gestão de conteúdos do Site institucional;
- Aposta na Comunicação Impressa/Visual/Digital:
 - Edição dos números 41 e 42 da Revista da Misericórdia;
 - Gestão de conteúdos da plataforma Yammer, disponibilizando conteúdos informativos de interesse corporativo;
 - Gestão de conteúdos da página LinkedIn;
 - Assessoria de imprensa e produção de notícias divulgadas em diferentes media (Imprensa local, regional e nacional através do Jornal “Voz das Misericórdias”);
 - Apoio na conceção de diferentes suportes de comunicação e divulgação:
 - Cartazes de divulgação de iniciativas internas;
 - Renovação da imagem gráfica do Compromisso da ISCMST;
 - Criação do novo Cartão de Irmão.



- Organização de Eventos/Momentos de aproximação com diferentes instituições e públicos;
 - Organização da comemoração do 136º Aniversário da ISCMST;
 - Apoio na organização da exposição “Mulheres de Azul”, patente no Metro do Porto;
 - Apoio na comemoração do 1º aniversário da UCC “Comendador Alberto Machado Ferreira”.

Salienta-se que a atipicidade provocada pela pandemia condicionou a organização e realização de eventos. Em contrapartida, procedeu-se à criação de documentos estruturais deste Departamento e da instituição, bem como à pesquisa histórica, traduzida nos seguintes elementos:

- Criação do Procedimento Geral 25 “Comunicação e Imagem”, integrando o Sistema de Gestão da Qualidade, estando definidas as metodologias e responsabilidades inerentes à política de comunicação organizacional e de imagem;
- Criação do “Guia de Honras Fúnebres” documento que define as formalidades e procedimentos a adotar nos momentos e cerimónias de pesar da ISCMST;
- Acolhimento e acompanhamento de um estágio na área “Técnico de Marketing” do IEFP de Braga que permitiu:
 - Processo de renumeração dos Irmãos;
 - Estudo de caracterização dos Irmãos da ISCMST, admitidos nos últimos 10 anos;
 - Estudo de caracterização dos primeiros 100 Irmãos, admitidos na instituição a partir de 1885.



A cultura é para a Misericórdia de Santo Tirso uma área de referência merecedora da melhor atenção.

O apoio na rentabilização de espaços culturais voltados para a comunidade traduz-se, desde 1987, na disponibilização do Auditório “Centro Eng.º Eurico de Melo”, sendo que em 2019 este espaço iniciou diligências para a sua remodelação e renovação. Mas para além das suas necessárias obras de requalificação apenas terem dado os primeiros passos em 2019, o ano 2020 confrontado que foi com o surto de COVID-19, tornou inviável a continuidade da requalificação deste espaço cultural.

Assim, o Auditório apenas cumpriu com a dinâmica mínima e estritamente necessária, destacando-se a realização das Assembleias Gerais da ISCMST para votação do Plano de Atividades 2022 e Relatório e Contas 2020, entre um número muito reduzido de utilizações a nível interno essencialmente relacionadas com sessões de esclarecimento dirigida a colaboradores ou ensaios musicais, onde se destacou o reinício de ensaios do Coral da Misericórdia.

Apesar de o Coral da Misericórdia ser um divulgador do nome da Misericórdia e do concelho de Santo Tirso dentro e fora do país, também foi forçado a suspender a sua atividade coral aguardando pelo retrocesso da pandemia. Durante o ano de 2021 destacou-se a sua participação no concerto:

XXXVIII Festival Galaico – Português, em Ourense, Espanha.



Continuando a tentar encontrar mecenas que ajudem a financiar esta atividade, em 2021 foi possível formalizar o Protocolo de apoio entre o Município de Santo Tirso e a Misericórdia de Santo Tirso (Grupo Coral da Misericórdia), em vigor por 1 ano.

A época que atravessámos também condicionou a organização de eventos voltados para a comunidade, bem como os habituais momentos culturais e recreativos direcionados ao público interno, impossibilitados de utilizar os espaços da Instituição habitualmente disponíveis (Sala Multiusos, Centro Comunitário de Geão, etc.).

O Coro dos Pequenos Cantores da Misericórdia também suspendeu ensaios e concertos em 2021, aguardando pelo regresso a uma normalidade segura, ansiada por todos.

A Misericórdia, ciente das constantes mutações e demandas da sociedade e da missão pela qual se norteia desde a sua constituição em 1885, empenha-se no objetivo de melhoria contínua da sua ação, envolvendo todos os colaboradores na reflexão de metodologias de gestão atuais, com o propósito último de orientar a atividade institucional para a satisfação e bem-estar dos utentes dos serviços prestados. O foco no utente/cliente final e a busca da excelência na prestação dos serviços exige de todos um desafio permanente ao profissionalismo e à capacidade de sacrifício a fim de se poder atingir o equilíbrio financeiro necessário e indispensável à sustentabilidade institucional.

5. Demonstrações Financeiras

IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NIF 500 852 502
MOEDA: EUROS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	34 071 941,55	33 918 371,97
Activos intangíveis			
Outros Investimentos financeiros		48 205,05	35 504,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		34 120 146,60	33 953 876,91
Activo corrente			
Inventários	7	43 000,20	56 328,67
Creditos a Receber	15.4	445 238,40	550 273,51
Estado e outros entes públicos	15.2	38 459,82	77 575,41
Fundadores /Beneméritos/Doadores/Associados/Membros	15.3	4 190,00	4 327,50
Diferimentos	15.6	7 849,66	7 180,44
Outros Ativos Correntes	15.5	507 893,64	241 254,18
Caixa e depósitos bancários	15.7	1 281 617,71	546 297,94
		2 328 249,43	1 483 237,65
Total do activo		36 448 396,03	35 437 114,56
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.8	3 117 461,88	3 117 461,88
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		2 589 685,64	2 959 324,19
Excedentes de revalorização		19 838 650,74	20 144 178,75
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais		4 035 244,22	4 102 764,84
		29 581 042,48	30 323 729,66
Resultado líquido do período		-647 450,38	-675 166,56
Total dos fundos patrimoniais		28 933 592,10	29 648 563,10
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	3 403 570,52	1 607 099,95
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	11	1 479 722,00	1 599 436,77
Outras dívidas a pagar			
		4 883 292,52	3 206 536,72
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	496 787,16	486 439,15
Adiantamentos de Clientes		330 469,80	440 331,42
Estado e outros entes públicos	15.2	255 210,35	231 992,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	11	436 714,77	347 014,79
Diferimentos	15.6	134 426,25	94 501,33
Outras contas a pagar	15.10	977 903,08	981 735,77
Outros passivos financeiros			
		2 631 511,41	2 582 014,74
Total do passivo		7 514 803,93	5 788 551,46
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		36 448 396,03	35 437 114,56

A Mesa Administrativa

Helder Roberto Almeida Braga
 António Manuel da Silva
 Mécia Tânia Costa Afonso
 Fernando João Taveira Lopes
 André Alexandre Lúcio de Pinho

O Contabilista Certificado

Paulo José Sebastião Baptista



MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO

IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NIF 500 852 502

MOEDA:EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	3 943 067,52	3 266 186,96
Subsídios, doações e legados à exploração	10	4 917 703,22	3 686 721,07
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	831 562,81	793 636,09
Fornecimentos e serviços externos	15.12	1 477 834,99	1 461 721,06
Gastos com o pessoal	12	5 858 195,35	5 068 767,65
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9		934,86
Provisões (aumentos/reduções)	9	1 796 470,57	459 176,09
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	15.13	1 237 529,51	999 545,67
Outros gastos	15.14	60 984,20	110 789,59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		73 252,33	57 428,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	703 635,29	728 600,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-630 382,96	-671 172,50
Juros e rendimentos similares obtidos	15.15	952,65	1 388,94
Juros e gastos similares suportados	15.15	18 020,07	5 383,00
Resultados antes de impostos		-647 450,38	-675 166,56
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-647 450,38	-675 166,56

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

[Handwritten signatures and text in blue ink]
 Alder Roberto V. da Silva Araújo
 Mécia Tânia Costa Apúrio
 Francisco José de Jesus Tomaz
 Mariana de Almeida Botelho
 [Signature]

[Handwritten signature in blue ink]

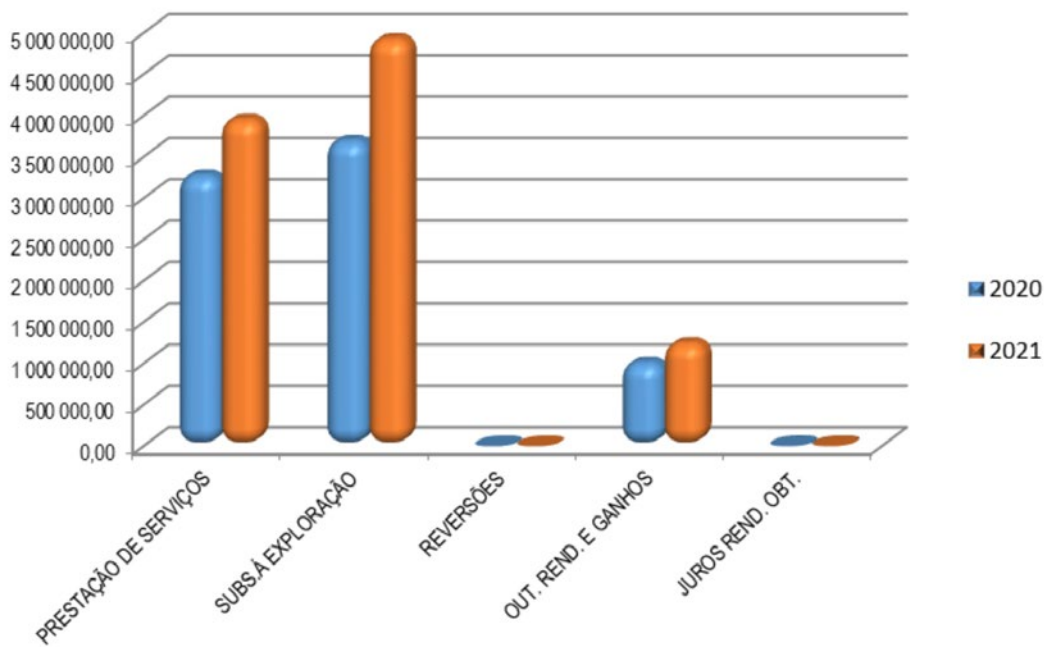
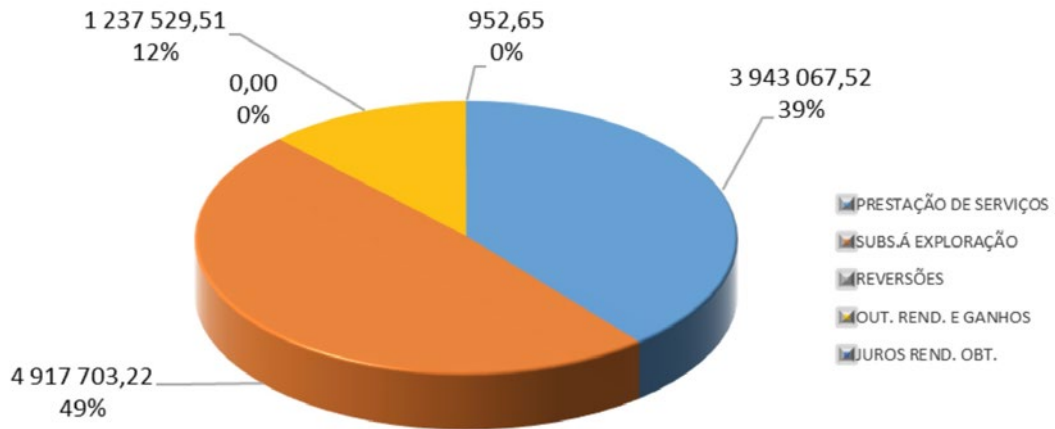
6. Análise

Rendimentos

	2020	2021	DIF.	DIF. %
Prestação de Serviços	3 266 186,96	3 943 067,52	676 880,56	20,72%
Subs. à Exploração	3 686 721,07	4 917 703,22	1 230 982,15	33,39%
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00%
Out. Rend. e Ganhos	999 545,67	1 237 529,51	237 983,84	23,81%
Juros Rend. Obt.	1 388,94	952,65	-436,29	-31,41%
Total	7 953 842,64	10 099 252,90	2 145 410,26	26,97%

Verifica-se um aumento dos Rendimentos em 26,97% (€ 2.145.410,26), devido ao seguinte:

- Aumento da rubrica Prestação de Serviços em 20,72% (€ 676.880,56), essencialmente pelo atingimento do quase “normal” funcionamento das unidades de saúde, principalmente da Clínica de Fisiatria e da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção Comendador Alberto Machado Ferreira;
- Aumento da rubrica Subs. à Exploração em 33,39% (€ 1.230.982,15), principalmente pelo motivo acima apontado, correspondente pagamento do Estado pelos serviços prestados e aqui registados, bem como pela atribuição do Donativo objeto de apreciação na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Novembro passado;
- Aumento da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em 23,81% (€ 237.983,84), basicamente pela contabilização de espólio de utentes falecidos entre os anos 2016 e 2020.



Gastos

	2020	2021	DIF.	DIF. %
C.M.V.M.C.	793 636,09	831 562,81	37 926,72	4,78%
F.S.E.	1 461 721,06	1 477 834,99	16 113,93	1,10%
Gastos c/ Pessoal	5 068 767,65	5 858 195,35	789 427,70	15,57%
Amortizações	728 600,86	703 635,29	-24 965,57	-3,43%
Provisões	459 176,09	1 796 470,57	1 337 294,48	291,24%
Outros Gast. Perdas	111 724,45	60 984,20	-50 740,25	-45,42%
Juros e Gastos Sim.	5 383,00	18 020,07	12 637,07	234,76%
Total	8 629 009,20	10 746 703,28	2 117 694,08	24,54%

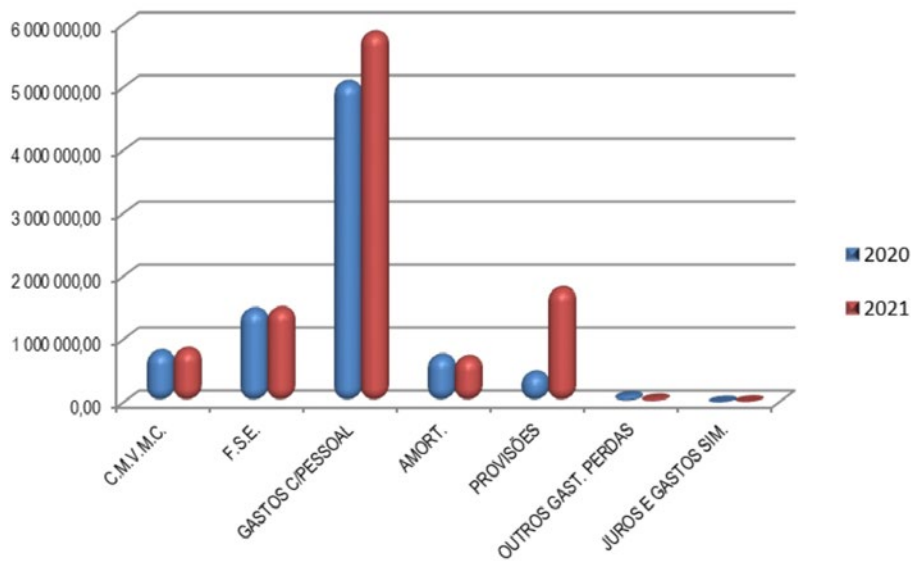
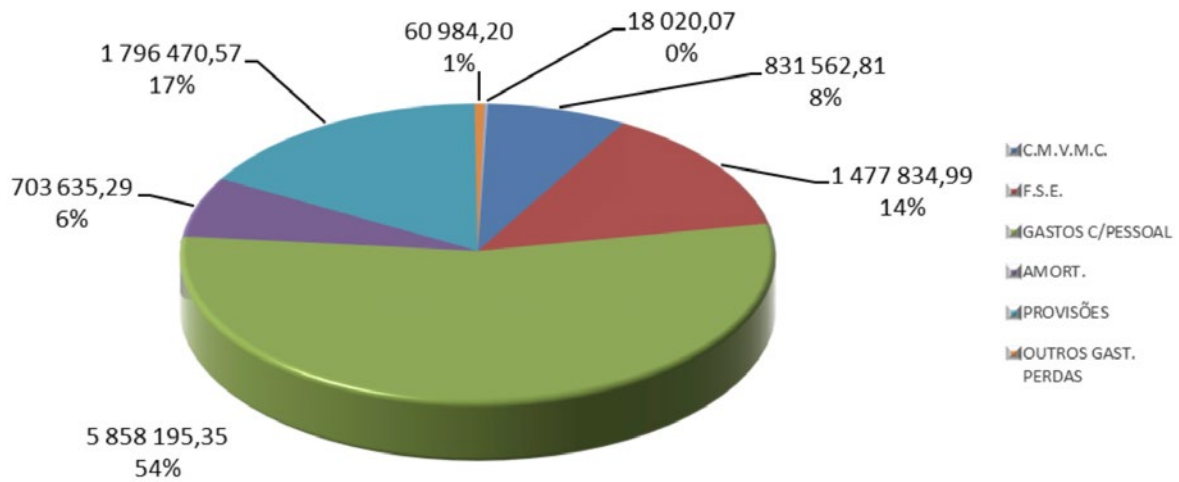
Os Gastos apresentam um aumento de 24,54% (€ 2.117.694,08), devido essencialmente ao seguinte:

- Aumento da rubrica de Gastos C/ Pessoal em 15,57% (€ 789.427,70) devido às atualizações salariais globais em 2021, atualização do Salário Mínimo Nacional e respetivas repercussões nas restantes remunerações, em de cerca de 3,50%, bem como o reflexo do pleno funcionamento e reajuste das Unidades de Cuidados Continuados;
- Aumento na rubrica de Provisões, tendo por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência. Neste caso em concreto a instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos seus utentes mediante a sua esperança média de vida. Este valor tem vindo anualmente a ser ajustado à nossa realidade e ao número de utentes institucionalizados;
- Aumento da rubrica Juros e Gastos Similares Suportados (€ 12.637,07) devido ao pagamento de juros relativos ao empréstimo para a construção da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção Comendador Alberto Machado Ferreira;

Por fim, não podemos deixar de realçar os valores das rubricas C.M.V.M.C. e FSE's que, atendendo ao pleno funcionamento das Unidades de Cuidados Continuados, ao aumento do índice de preços anual e à taxa de inflação, apresentam um ténue crescimento no Total dos Gastos, ou seja, cerca de 2,55%.



Efetivamente há uma rigorosa política de gestão, onde diariamente é desafiado o profissionalismo, empenho, transparência e capacidade de sacrifício de todos os colaboradores da instituição.

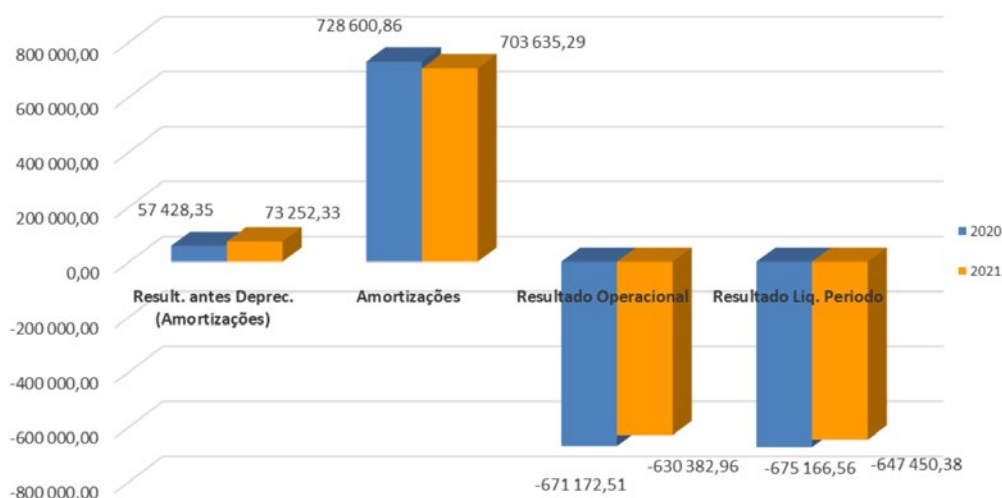


Resultados

	2021
Provisões	1 796 470,57
Amortizações	703 635,29
Resultado Líquido	-647 450,38
Meios Libertos	1 852 655,48

MEIOS LIBERTOS DE € 1.852.655,48

- O RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO é de - € 647.450,38
- AMORTIZAÇÕES de € 703.635,29
- PROVISÕES de € 1.796.470,57



Proposta de Aplicação de Resultados

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo do período, no montante de € 647.450,38, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: - € 647.450,38.



NOTAS:

REAL VS ORÇADO

Confirma-se a apologia feita ao rigor orçamental aquando da apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021, efetivamente projetamos com prudência as receitas e “pessimismo” as despesas, exceção feita à rubrica de provisões.

INVESTIMENTO

O valor do investimento no ano em análise foi de € 350.654,96, com destaque para as obras de remodelação do Lar Dra. Leonor Beza a que foram afetos cerca de 32% deste valor.

Não podemos deixar de relembrar que as obras do Bairro da Misericórdia e da Casa de Repouso de Real, bem como a disseminação do sistema WIFI por todas as valências da Misericórdia de Santo Tirso, encontram-se contabilizadas como em investimento em curso.

Nos últimos 5 anos foram investidos cerca de € 5.516.000,00.

PROVISÕES

Reitera-se que tendo estas por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência, a instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos seus utentes mediante a sua esperança média de vida.

DONATIVO

No ano em análise encontra-se contabilizado o valor de € 771.000,00 na devida rubrica de Subsídios, Doações e Legados à Exploração, objeto de apreciação na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Novembro passado.

Anexos

Anexo

*Certificação Legal
das Contas*

*Parecer do
Conselho Fiscal*



MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO

IRMANDADE E SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO

Anexo

25 de Fevereiro de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	13
6	Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
7	Inventários	14
8	Rendimentos.....	14
9	Provisões.....	15
10	Subsídios	16
11	Instrumentos Financeiros	17
12	Benefícios dos Empregados.....	17
13	Acontecimentos após a data do balanço.....	17
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
15	Outras divulgações	18

1 Identificação da Entidade

A “IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social nos termos do nº1 do artigo 1º do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro registada na Direção Geral de Ação Social em 14-09-83 no livro das Irmandades da Misericórdia, fls.141 e 141 verso sob o nº 55/83, com sede em Rua da Misericórdia, 171 4780-501 - SANTO TIRSO.

Exerce a sua atividade no campo social, competindo-lhe para a prossecução dos seus objetivos:

- Promover o diagnóstico e implementação de medidas na área da saúde, ação social e afins;
- Estabelecer redes e parcerias com entidades públicas ou privadas para a definição e concretização de estratégias de ação;
- Criar e dinamizar valências para servir a comunidade ou grupos sociais específicos e franjas sociais mais desfavorecidas;
- Garantir o funcionamento das respostas sociais criadas;
- Promover a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir o bem-estar dos utentes;
- Garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação social;
- Promover iniciativas de formação profissional ou de carácter educativo / formativo, para ativos e/ou elementos externos à Instituição, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos mesmos;
- Divulgar as ações desenvolvidas aos Irmãos e à comunidade local;
- Preservar o seu património com valor histórico e artístico;
- Recorrer a iniciativas de financiamento nacionais e comunitárias para a prossecução dos seus fins;
- Gerir o seu património de rendimento, segundo critérios de eficiência e rentabilidade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), a qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º

158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras)

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação, que de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo então em vista tão somente a superação desta lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos da contabilidade da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime da periodização económica

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica “Outras Contas a Receber”, em “Devedores por acréscimo de rendimento”. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de “Diferimentos”, em “Rendimentos a reconhecer” ou “Gastos a reconhecer”, respetivamente.

- Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração de apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura da apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados passa as ESNL.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

- Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a.1) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011 (data de transição para NCRF–ESNL) encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Para os terrenos e edifícios optou-se pelo modelo de revalorização dado que a generalidade dos mesmos foi adquirida antes de 1999 (registo informático disponível), não sendo possível identificar de forma inequívoca o seu valor de aquisição. Neste sentido, o processo de avaliação dos imóveis foi finalizado em 2016.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo

valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estas difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 50	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	25,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros Ativos fixos tangíveis	6	16,66%

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

a.2) Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, tendo sido estimada uma vida útil de 3 anos para os Programas de Computador.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita é assumido como sendo zero.

a.3) Investimentos financeiros

O registo está efetuado pelo custo de aquisição no que se refere às participações de capital. Relativamente aos títulos da dívida pública, anualmente são retificados pelo valor do mercado.

a.4) Inventários

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio de aquisição.

a.5) Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Encontram-se registadas nesta rubrica, pela quantia realizável, as quotas, procedentes dos irmãos, com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a

receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente, quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

a.6) Subsídios e outros apoios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas ou contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

a.7) Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação, são registadas no ativo, ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente. De acordo com o preconizado na Portaria 2019/2015, de 23 de julho, as doações que estejam associadas a ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

a.8) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

a.9) Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a.10) Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

b). Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos tangíveis, com exceção das classes de terrenos, edifícios e objetos de arte, estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os bens da classe de terrenos, edifícios e objetos de arte estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização, segundo o qual um ativo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e perdas de imparidade subsequentes.

No caso de bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, o custo pode ser desconhecido. Nestes casos, os bens podem ser mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos de mensuração no reconhecimento.

Os bens do ativo fixo tangível são depreciados de acordo com o método da linha reta. De acordo com esse método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.375.072					8.375.072
Edifícios e outras construções	27.660.936	148.894				27.809.830
Equipamento básico	1.422.078	78.255				1.500.333
Equipamento de transporte	449.537	65.574	40.900			474.211
Equipamento administrativo	590.202	13.642	25.412			578.432
Outros Ativos fixos tangíveis	919.548	44.293				963.841
Total	39.417.373	350.658	66.312			39.701.719
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.109.004	571.175				3.680.179
Equipamento básico	1.289.500	64.263				1.353.763
Equipamento de transporte	422.817	18.733	39.537			402.013
Equipamento administrativo	553.428	23.524	24.157			552.795
Outros Ativos fixos tangíveis	396.414	25.941				422.355
Total	5.771.163	703.636	63.694			6.411.105

Ativos Fixos Tangíveis em Curso

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Residências	24.511	244.302				268.813
Reabilitação Casa Repouso	247.650	123.713				371.363
Antigo Liceu	0	141.150				141.150
Total	272.161	509.165				781.326

Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Ativos fixos tangíveis dados como garantia	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do passivo 31.12.2021
UCC Longa Duração	2.493.611	Financiamento ao abrigo do IFRRU 2020 (Santander)	1.581.704

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2021 mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	148.177					148.177
Total	148.177					148.177
Amortizações Acumuladas						
Programas de Computador	148.177					148.177
Total	148.177					148.177

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Descrição	2021	2020
Juros de Financiamentos Obtidos	16.765	3.166
Juros de Locação Financeira	1.255	2.217

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	38.424	796.940	14.601	56.329	813.988	4.445	43.200
Total	38.424	796.940	14.601	56.329			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				793.636	831.563		

8 Rendimentos

Um reconhecimento de um rédito exige que (i) a respetiva quantia possa ser fiavelmente mensurada, (ii) que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade, e (iii) que os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores e estadias	2.364.031	2.258.453
Quotas e joias	59.705	119.693
Serviços secundários:		
Internamentos, Consultas, Urgências e Enfermagem	360.235	183.659
Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica	144.180	101.966
Fisioterapia	854.843	537.907
Outros	160.071	64.509
Juros	953	1.389
Total	3.944.020	3.267.576

O aumento dos serviços secundários está relacionado com o primeiro ano completo de funcionamento da nova Unidade de Longa Duração cujo início de funcionamento ocorreu em novembro de 2020.

9 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No exercício, foi reconhecido como provisão, o valor de 1.709.505,14 euros, referente a responsabilidades futuras assumidas, com os clientes/utentes, das valências residenciais. De acordo com os contratos celebrados com estes utentes, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, obriga-se à prestação de serviços de alojamento, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde básicos, higiene e conforto pessoal e acompanhamento psicossocial a título vitalício.

Foi constituída uma provisão no montante de 86.965,43 euros para processos judiciais em curso relativo a um processo instaurado por anterior trabalhador e a instituição pode vir a assumir uma responsabilidade nesse montante.

Resumo de provisões:

Descrição	31.12.2020	Movimento 2021	31.12.2021
Provisões			
Responsabilidades futuras em lares	1.607.100	1.709.505	3.316.605
Processos judiciais em curso	0,00	86.965	86.965
Total	1.607.100	1.796.470	3.403.570

10 Subsídios

Em 2021 e 2020, a Entidade reconheceu como rendimento os seguintes subsídios:

Descrição	2021	2020
Subsídios relacionados com ativos		
Comissão. Regional Norte Luta Contra a Pobreza	5.515	5.515
Programa Operacional Integrar	4.988	4.988
Ministério do Trabalho e da Solidariedade	10.050	10.050
Saúde XXI	2.000	2.000
ARS Norte-Programa Modular	15.000	15.000
Câmara Municipal de Santo Tirso		2.500
Fundo Rainha Dona Leonor	3.399	3.339
Programa Operacional Regional do Norte	13.174	13.174
Outros	14.304	989
Total	68.430	57.555
Subsídios relacionados com rendimentos		
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	2.530.154	2.261.383
ARS (Acordos Cooperação)	1.279.026	726.565
Secretaria Geral Ass. Parlamentares e Igualdade		646
POISE – 03-4437-FSE -000185	88.448	85.001
Instituto de Emprego e Formação Profissional	169.059	
Outros	5.313	67.634
Total	4.072.000	3.141.229

O aumento dos subsídios (Segurança Social e ARS) está relacionado com o primeiro ano completo de funcionamento da nova Unidade de Longa Duração cujo início de funcionamento ocorreu em novembro de 2020.

11 Instrumentos Financeiros – Financiamentos Obtidos

Contratos Locação Financeira	2022	>2022
Banco BPI,SA	6.212	3.465
Montepio Crédito, SA	8.056	
Empréstimos Bancários		
Banco Montepio	167.000	
Banco Santander (IFRRU)	105.447	1.476.257
Banco Santander	150.000	

12 Benefícios dos Empregados

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 371 e em 31/12/2020 foi de 377.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	4.810.060	4.153.027
Indemnizações	1.920	
Encargos sobre as Remunerações	965.507	832.781
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	46.433	44.525
Outros Gastos com o Pessoal	34.275	38.434
Total	5.858.195	5.068.768

13 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido ao art.º 210º do Código Contributivo, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

15.2 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	38.460	42.638
IMT – reembolsos pedidos		34.938
Total	38.460	77.576
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.838	8.788
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	49.207	39.825
Outras Tributações	1.078	960
Segurança Social	197.088	182.419
Total	255.211	231.992

15.3 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Quotas	4.190	4.328
Total	4.190	4.328

15.4 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	330.543	478.838
Utentes	114.450	71.190
Clientes e Utentes com potencial imparidade		
Clientes		
Utentes	245	245
Total	445.238	550.273

Nos períodos de 2021 e 2020 encontram-se reconhecidas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2020
Clientes		
Utentes		934
Total	0	934

15.5 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes ” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal		1.285
Outros devedores	507.894	239.969
Total	507.894	241.254

Em 2021, o saldo de outros devedores corresponde essencialmente ao valor em aberto de participações faturadas à Segurança Social e ARS Norte (33.856 euros e 215.857 euros, respetivamente) e à verba aprovada pelo POISE-Centro de Emergência IRIS (122.257 euros).

15.6 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
	7.850	7.180
Total	7.850	7.180
Rendimentos a Reconhecer		
	134.426	94.501
Total	134.426	94.501

15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	2.253	6.640
Depósitos à ordem	1.027.200	238.075
Depósitos a prazo	252.165	301.583
Outros		
Total	1.281.618	546.298

15.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.117.462			3.117.462
Resultados transitados	2.959.324	305.528	675.167	2.589.685
Excedentes de revalorização	20.144.179		305.528	19.838.651
Subsídios	1.959.192		58.550	1.900.642
Doações	2.143.573	850	9.821	2.134.602
Total	30.323.730	306.378	1.049.066	29.581.042

Os movimentos ocorridos na rubrica de resultados transitados correspondem à aplicação do resultado líquido do período anterior 675.167€ e ao excedente das reservas de revalorização libertado do exercício 305.528€.

As outras variações de fundos patrimoniais incluem as doações e os subsídios ao investimento.

15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	496.787	486.439
Total	496.787	486.439

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal (Remunerações a pagar)		831.765		764.273
Fornecedores de Investimentos		101.724		105.775
Outros credores		44.414		111.687
Total	0	977.903	0	981.735

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	4.072.000	3.141.173
Subsídios de outras entidades		55
Doações e heranças	845.703	545.493
Legados		
Total	4.917.703	3.686.721

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	244.408	187.270
Serviços especializados	468.674	526.058
Materiais	61.039	64.446
Energia e fluidos	419.969	383.343
Deslocações, estadas e transportes	2.230	3.395
Serviços diversos	281.515	297.209
Total	1.477.835	1.461.721

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	692.173	500.119
Descontos de pronto pagamento obtidos	161	218
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	377.654	331.876
Outros rendimentos e ganhos	159.838	165.425
Diferenciais apurados pela Seg. Social	7.704	1.908
Total	1.237.530	999.546

15.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	1.595	7.397
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Perdas em inventários	888	590
Gastos e perdas investimentos não financeiros		7.170
Outros Gastos e Perdas	58.501	95.633
Total	60.984	110.790

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	953	1.389
Juros suportados	18.020	5.383
Resultados Financeiros	-17.067	-3.994

15.16 Orgãos Diretivos

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2019-2022

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Dr.
Vice-Presidente	- José Pedro Castro C. Morêda Miranda, Dr.
Secretário	- António Lerenó Sousa Machado, Eng.º

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- Hélder Roberto Vilela Araújo, Eng.º
Secretária	- Maria Teresa Andrade Polónia, Dra.
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Batista, Dr.
Vogais	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres, Dra. - Duarte Manuel de Faria Gonçalves, Dr. - Lucília Maria da Costa Afonso, Dra.

Substitutos	- José Luis de Sousa Marques
-------------	------------------------------

CONSELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro, Dr.
Vice-Presidente	- Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Eng.º
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa, Eng.º
Substitutos	- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro - Emílio Castelar Oliveira - Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

Santo Tirso, 25 de Fevereiro de 2022.

O Contabilista Certificado,

CC nº 22565

A Mesa Administrativa,



Helena Roberto V. da Silva

Lúcia Paiva Costa Afonso

Fernando João / Fernando José Tomaz

Maria Teresa Inda de Brito

Artur Manuel da Silva

Armando José Simões Baptista



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 36.448.396 euros e um total de fundos patrimoniais de 28.933.592 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 647.450 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 9 de março de 2022

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC

Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)
Registado na CMVM com o nº 20160338



9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do Artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, vimos dar-lhes conhecimento da ação fiscalizadora para que fomos mandatados e emitir parecer sobre as Contas e o Relatório elaborados pela sua Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Através do acompanhamento próximo efetuado, tendo em conta a certificação legal de contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal teve oportunidade de aferir da atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa e manteve contactos com os serviços com vista ao esclarecimento das contas, da parte de quem sempre teve a melhor colaboração.

Por outro lado, através de testes substantivos, procedeu à análise do relato financeiro e do suporte documental de saldos e das asserções contabilísticas, tendo concluído pela sua regularidade. Acresce ainda que o relatório satisfaz quanto à descrição da atividade desenvolvida e quanto à compreensão das contas.

É ainda de relevar que a informação constante neste Relatório traduz as opções estratégicas estabelecidas no Plano de Atividades e Orçamento para o ano em apreço.

Em conclusão, emitimos o nosso **PARECER**:

Nos termos da alínea c) do Artigo 31º do Compromisso, entendemos que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório e as Contas do ano 2021 apresentados pela Mesa Administrativa.

Registamos com apreço a dedicação que a Mesa Administrativa aplica no cumprimento dos seus objetivos, onde está inerente a constante procura de respostas às necessidades da comunidade.



Por fim, não podemos deixar de realçar o empenho e a entrega de todos/as os/as Colaboradores/as da Santa Casa pelo esforço constante na manutenção dos elevados padrões de qualidade dos serviços prestados e nos resultados atingidos.

O Conselho Fiscal agradece à Mesa Administrativa, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso toda a colaboração prestada no exercício das suas funções

Assim, propomos um voto de louvor à Mesa Administrativa e a todos/as os/as Colaboradores/as.

Santo Tirso, em 10 de Março de 2022.

O CONSELHO FISCAL

António Jorge Pereira Ribeiro, Dr. – Presidente

Artur Manuel C. Guimarães Santoalha, Eng.º – Vice-Presidente

Albino Agostinho Martins Sousa Eng.º – Secretário



Rua da Misericórdia, 171
4780-501 Santo Tirso
252 808 260
santacasa@iscmst.pt